

PORTO SEGURO - SEGURO SAÚDE S.A.

CNPJ/MF nº 04.540.010/0001-70

Sede: Rua Guaianases, 1.238 - Mezanino/parte - Campos Elíseos - CEP: 01204-002 - São Paulo - SP

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO****Senhores acionistas e demais interessados,**

Apresentamos o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Porto Seguro - Seguro Saúde S.A., com o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

NOSSO DESEMPENHO**• Prêmios retidos**

Os prêmios retidos da Companhia totalizaram em 2018 R\$ 1.444,1 milhões, com aumento de R\$ 184,2 milhões ou 14,6% em relação ao ano anterior.

• Despesas administrativas

Em 2018, o índice de despesas administrativas sobre os prêmios ganhos foi de 9,3% com redução de 1,0 ponto percentual em relação ao ano anterior.

O modelo adotado pela empresa para gestão de custos e os investimentos realizados para otimização de processos e sistemas estão contribuindo para ganhos de eficiência operacional. Isso faz parte da nossa estratégia, que visa obter ganhos contínuos de produtividade, sem impactar negativamente o nível de serviço para clientes e corretores.

• Resultado financeiro

As receitas financeiras totalizaram em 2018 R\$ 39,9 milhões, com redução de R\$ 6,5 milhões, ou 13,9% em relação ao ano de 2017 devido à redução nas receitas com aplicações financeiras em R\$ 4,4 milhões, ou 12,6%.

As despesas financeiras totalizaram em 2018 R\$ 6,9 milhões, com redução de 39,5% em relação ao ano anterior.

• Índice combinado

O índice combinado (total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas e outras receitas e despesas operacionais sobre prêmios ganhos), em 2018 foi de 95,1%, redução de 2,6 pontos percentuais em relação ao ano anterior. Esta variação decorre principalmente, da redução de 1,3 ponto percentual no índice de sinistralidade.

O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, em 2018 foi de 93,0%, com redução de 2,0 pontos percentuais em relação ao ano anterior.

• Lucro líquido e por ação

O lucro líquido totalizou em 2018 R\$ 46,9 milhões, registrando aumento de R\$ 13,2 milhões ou 39,3% em relação ao ano anterior. O lucro por ação foi de R\$ 4,49 em 2018 comparado com R\$ 4,18 do ano anterior.

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinados por ocasião do encerramento do exercício.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As iniciativas socioambientais da Companhia têm crescido de forma consistente, permitindo que funcionários e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Seguindo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca atender seus públicos de interesse.

A descrição completa dos projetos socioculturais e ambientais do grupo Porto Seguro está apresentada nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A., divulgadas no site da Companhia (www.portoseguro.com.br/ri) e na edição de 27 de fevereiro de 2019 do jornal O Estado de São Paulo.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017		Nota explicativa	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Ativo circulante		346.986	460.151	Passivo circulante		303.110	267.074
Disponível.....		7.181	5.134	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	13	235.838	221.756
Realizável.....		339.805	455.017	Provisão de prêmio não ganho - PPNNG		31.291	26.011
Aplicações financeiras.....	6.1.1	278.082	372.740	Provisão para remissão.....		2.189	1.711
Aplicações garantidoras de provisões técnicas.....		106.454	206.041	Provisão de eventos a liquidar ao SUS		3.582	4.201
Aplicações livres.....		171.628	166.699	Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores		56.277	76.519
Créditos de operações com planos de assistência à saúde		18.364	23.109	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados		142.499	113.314
Prêmios a receber.....	7.1	14.323	17.845	Débitos de operações de assistência à saúde		3.547	9.311
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde	7.2	4.041	5.264	Prêmios a restituir.....		55	5
Despesas diferidas.....	8	18.924	15.346	Receita antecipada de prêmios		1.816	7.403
Créditos tributários e previdenciários		6.367	7.172	Comercialização sobre operações		1.676	1.903
Bens e títulos a receber.....	9	17.546	36.184	Provisão para IR e CSLL.....		8.387	-
Despesas antecipadas.....		522	466	Tributos e encargos sociais a recolher		4.984	4.065
Ativo não circulante		578.909	294.725	Débitos diversos.....	14	50.354	31.942
Realizável a longo prazo		378.354	265.362	Passivo não circulante		211.343	201.098
Aplicações financeiras.....	6.1.1	109.745	-	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	13	3.687	3.275
Aplicações garantidoras de provisões técnicas.....		109.745	-	Provisão para remissão.....		3.687	3.275
Créditos tributários e previdenciários	10.1	49.468	52.525	Provisões para tributos diferidos		5.278	3.881
Depósitos judiciais e fiscais.....	11	203.776	199.693	Provisões para ações judiciais	15	199.556	192.066
Outros créditos a receber a longo prazo		446	263	Débitos diversos.....	14	2.822	1.876
Despesas diferidas.....	8	14.919	12.881	Patrimônio líquido		411.442	286.704
Imobilizado.....	12	198.327	24.873	Capital social.....	16 a	354.333	172.890
Imóveis de uso próprio.....		198.327	24.873	Reservas de lucros.....	16 b	55.211	113.536
Intangível.....		2.228	4.490	Ajustes de avaliação patrimonial.....		1.898	278
Total do ativo		925.895	754.876	Total do passivo e patrimônio líquido		925.895	754.876

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016		172.890	79.866	387	-	253.143
Outros resultados abrangentes		-	-	(109)	-	(109)
Lucro líquido do exercício.....		-	-	-	33.670	33.670
Proposta da destinação do lucro:						
Reserva legal.....	17 b	-	1.684	-	(1.684)	-
Reserva estatutária.....	17 b	-	23.989	-	(23.989)	-
Reserva especial para dividendos.....	17 c	-	7.997	-	(7.997)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		172.890	113.536	278	-	286.704
Pagamento de dividendos - exercício anterior		-	(94.096)	-	(94.096)	-
Aumento de capital - AGE de 29 de junho de 2018	16 a	2.500	-	-	2.500	2.500
Aumento de capital - AGE de 27 de julho de 2018.....	16 a	178.943	-	-	-	178.943
Outros resultados abrangentes		-	-	1.620	-	1.620
Lucro líquido do exercício.....		-	-	-	46.912	46.912
Proposta da destinação do lucro:						
Reserva legal.....	16 b	-	2.346	-	(2.346)	-
Reserva estatutária.....	16 b	-	33.425	-	(33.425)	-
Dividendos a distribuir (R\$ 0,87 por ação).....	16 c	-	-	-	(11.141)	(11.141)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		354.333	55.211	1.898	-	411.442

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Seguro - Seguro Saúde S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 12 de junho de 2001, com o objetivo de atuar como seguradora especializada em seguro-saúde. Foi autorizada a operar pela Resolução - RE nº 2, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), de 4 de julho de 2001. A Companhia é uma controlada direta da empresa Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais e indireta da Porto Seguro S.A., a qual possui ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados. Não houve no exercício de 2018 alterações nas políticas contábeis relevantes.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos financeiros; (ii) das provisões técnicas; (iii) da provisão para risco de créditos ("impairment"); (iv) da realização de impostos diferidos; e (v) das provisões para processos judiciais e contingências para processos administrativos e judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser afetada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação, principalmente na determinação das provisões técnicas.

A Companhia revisa essas estimativas e premissas periodicamente (vide nota explicativa nº 3). As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuidade dos negócios em curso normal.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 15 de fevereiro de 2019.

2.1.1 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas e normas expedidas pela ANS, segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Resolução Normativa nº 435/18 e alterações. A ANS não aprovou o CPC 11 - Contratos de Seguros.

2.2 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é sua moeda funcional. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

2.3 ATIVOS FINANCEIROS**(a) Mensuração e classificação**

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado - títulos para negociação

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(ii) Títulos disponíveis para venda

São instrumentos financeiros não derivativos reconhecidos pelo seu valor justo. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment").

(iii) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os recebíveis (prêmios a receber de segurados) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço (vide nota explicativa nº 2.4.1).

(b) Determinação de valor justo de ativos financeiros

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Títulos para negociação" e "Títulos disponíveis para venda" baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é baseado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

2.4 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT")**2.4.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)**

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impaired".

Caso um ativo financeiro seja considerado deteriorado, a Companhia somente registra a perda no resultado do exercício se houver evidência objetiva de perda como consequência de um ou mais eventos que ocorram após a data inicial de reconhecimento e se o valor da perda puder ser mensurado com confiabilidade. Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada é a de perda incorrida, que considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipo de contrato de seguro, "ratings" internos, etc.) e testados em uma base agrupada.

Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados ("write-off") quando não há mais expectativa para recuperação do ativo e observando também regras específicas da ANS.

2.5 DESPESAS DIFERIDAS

As comissões sobre prêmios emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo médio de vigência das apólices. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos.

2.6 ATIVO IMOBILIZADO DE USO PRÓPRIO

Compreende imóveis utilizados na condução dos negócios da Companhia. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 12.

2.7 CONTRATOS DE SEGURO E PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE E ODONTOLÓGICA

A Companhia emite contratos de seguros-saúde que transferem riscos significativos de seguro. Entende-se como risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro com substância comercial.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as orientações da ANS, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTAs), descritas resumidamente a seguir:

(a) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada "pro rata" dia, com base nos prêmios retidos tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.

(b) A Provisão para remissão é constituída com base na expectativa de despesas médico-hospitalares futuras dos segurados que estão em gozo do benefício de remissão, onde no falecimento do segurador titular há a manutenção da cobertura aos segurados dependentes sem o respectivo pagamento de prêmios, e é calculada com base no valor presente das despesas esperadas.

(c) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída com base nas estimativas dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação de processo judicial, quer por apresentação da conta médica ou odontológica, quer pelo aviso do prestador do atendimento ao segurador.

(d) A Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à seguradora até data-base de apuração, e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como pela aplicação de triângulos de "run-off", com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro na seguradora.

2.8 PROVISÕES JUDICIAIS E PASSIVOS CONTINGENTES

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciários), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os demais depósitos judiciais são apresentados no ativo. Os depósitos judiciais também são atualizados monetariamente.

2.9 RECONHECIMENTO DE RECEITA**2.9.1 PRÊMIO DE SEGURO**

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 2.7 (a)).

2.9.2 RECEITA DE JUROS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno.

2.10 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

2.11 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais. A provisão para contribuição social para as sociedades seguradoras é constituída à alíquota de 20% e passará para 15% em 1º de janeiro de 2019 conforme Lei nº 13.169/15 (vide nota explicativa nº 10.1.1). Os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Também são reconhecidos impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas da contribuição social. Os impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas da contribuição social não são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

AMBIENTE ECONÔMICO

O ano de 2018 foi marcado pela retomada da atividade doméstica, que teve uma leve frustração diante das expectativas iniciais, com o PIB de 2018 devendo mostrar uma expansão de cerca de 1,3%. Uma longa e ampla paralisação dos caminhoneiros e as incertezas relacionadas com o pleito presidencial também acabaram por comprometer a confiança de consumidores e investidores, comprometendo as decisões de consumo e investimento, respectivamente.

No cenário político, o ano terminou dominado pela expectativa de que a nova gestão federal promova o necessário avanço da agenda de reformas fiscais, com destaque para a do sistema previdenciário, ainda mais necessária em meio a um ambiente internacional cada vez mais desafiador.

Em 2018, o mercado de saúde suplementar totalizou 71,6 milhões de beneficiários, com aumento de 2,3% em relação a 2017, já os prêmios e contraprestações aumentaram 7,4% em 2018 enquanto as despesas do mercado cresceram 6,3% segundo dados da FenaSaúde (considerando 12 meses terminados em setembro de 2018).

Para 2019, espera-se a continuidade da estabilização da taxa SELIC e da inflação e deverá marcar a consolidação da retomada do crescimento econômico, aumentando as oportunidades para o setor e para a Companhia.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e segurados pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes da ANS.

PORTO SEGURO - SEGURO SAÚDE S.A.

CNPJ/MF nº 04.540.010/0001-70

Sede: Rua Guaianases, 1.238 - Mezanino/parte - Campos Elíseos - CEP: 01204-002 - São Paulo - SP

**PORTO SEGURO****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018****(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

Todas estas iniciativas proporcionam a ampliação da eficiência operacional e consequente redução do nível de perdas, além de otimizar a utilização do capital disponível. Refletindo o compromisso com a gestão de riscos, a Companhia possui a área de Gestão de Riscos Corporativos cuja missão é garantir que os riscos sejam efetivamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de forma independente.

Com o intuito de obter sinergias ao longo do processo de gerenciamento de riscos há, permanentemente, um fórum denominado Comitê de Risco Integrado. Este tem como objetivo fornecer subsídios e informações a alta Administração em assuntos referentes à gestão de riscos, propondo planos de ação e diretrizes, avaliando o cumprimento das normas de gestão de riscos e acompanhando os indicadores-chave de riscos. A gestão de riscos financeiros, de seguros e operacionais compreende as seguintes categorias:

4.1.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pelo risco de contraparte que é a possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Este risco é composto por:

(a) **Portfólio de investimentos:** para o gerenciamento deste risco a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "A" da contraparte divulgados por agências externas (S&P, Moody's e Fitch). Na ausência de "ratings" externos, a Administração utiliza o conhecimento e a experiência de mercado para classificar essas contrapartes em seus graus de riscos ("ratings" internos), suportados por um processo de governança para devida avaliação e aprovação destas operações.

Em 31 de dezembro de 2018, 98,3% (86,0% em 31 de dezembro de 2017) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AA". Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada ("impaired"). (b) **Inadimplência nos prêmios a receber:** é a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto à Companhia, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os vencimentos dos prêmios a receber estão apresentados na nota explicativa nº 7.1.

4.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras. A Companhia possui controles com o objetivo de manter seus níveis de liquidez em patamares adequados, alinhados aos requisitos regulatórios, assim como equilibrar a relação entre as taxas, risco e retorno. Neste contexto, estão estabelecidas regras de prazo máximo de vencimento das operações e "rating" da contraparte. Há, também, a definição de caixa mínimo em relação as projeções dos fluxos de caixa.

Os principais itens abordados na gestão do risco de liquidez são: limites de risco de liquidez, incluindo caixa mínimo e de ativos de alta liquidez (em sua maioria títulos públicos, os quais podem ser liquidados antecipadamente); simulações de cenários (teste de "stress"); e medidas potenciais para contingenciamento. A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez a que a Companhia está exposta (i):

	Dezembro de 2018		Dezembro de 2017	
	Fluxo de ativos (II)	Fluxo de passivos (III)	Fluxo de ativos (II)	Fluxo de passivos (III)
À vista/sem vencimento	7.297	5.136	—	—
Fluxo de 1 a 30 dias	54.178	42.557	2.815	50.203
Fluxo de 2 a 6 meses	5.915	423.417	18.424	451.381
Fluxo de 7 a 12 meses	5.600	194.679	6.511	231.258
Fluxo acima de 1 ano	350.845	31.385	312.005	38.841
Total	423.835	692.038	344.891	771.689

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, aplicações e prêmios a receber.

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros.

4.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devido a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. A visão do perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Inflação (IPCA/IGP-M)	54,7%	21,8%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	44,8%	76,2%
Prefixados	0,5%	2,1%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se a técnica de valor em risco ("Value at Risk" - VaR) paramétrico, com intervalo de confiança de 95% em horizonte de 1 dia. Adicionalmente, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade, testes de "stress" e as ferramentas de "tracking error" e "Benchmark-VaR", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

Os resultados obtidos são utilizados para mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido, em condições normais e de "stress". Esses testes levam em consideração cenários históricos e de condições futuras de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão, bem como na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2018:

Fator de risco	Cenário (*)	Impacto
	+50 b.p. (8.762)	(8.762)
	+25 b.p. (4.597)	(4.597)
	+10 b.p. (1.897)	(1.897)
	-10 b.p.	1.897
	-25 b.p.	4.597
	-50 b.p.	8.762
	+50 b.p. (628)	(628)
	+25 b.p. (524)	(524)
	+10 b.p. (419)	(419)
	-10 b.p.	419
	-25 b.p.	524
	-50 b.p.	628

(*) B.P. = "basis points". O cenário base utilizado é o cenário possível de "stress" para cada fator de risco, disponibilizado pela B3.

Resalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Companhia possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia já com o uso dos instrumentos derivativos utilizados como "hedge" das operações.

4.4 RISCO OPERACIONAL

O Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos, reduzir as ameaças até um nível aceitável.

Isto inclui esforços para a construção de um banco de dados de perdas internas de risco operacional com informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

5. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em maximizar o valor do capital por meio da otimização do nível e das fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência. O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 3 anos, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, lucratividade, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio.

A Companhia possui uma estrutura que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. A estrutura de gerenciamento de capital é suportada por política específica, a qual define os papéis e responsabilidades, limites de suficiência, relatórios de monitoramento e planos de contingência de capital. Essa gestão é de responsabilidade da Diretoria Financeira, que conta com o apoio da Diretoria Técnica, entre outras, para apuração dos resultados. De forma independente, a área de Gestão de Riscos Corporativos monitora a aderência aos requerimentos regulatórios e aos critérios de política interna.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pela ANS. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. A necessidade de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas na nota explicativa nº 16(d).

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS**6.1 ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO****6.1.1 ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO**

	Dezembro de 2018			Dezembro de 2017		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos exclusivos						
LFT	157.086	—	157.086	—	—	—
NTN-B	93.494	—	93.494	65.491	—	65.491
LTN	10.614	—	10.614	240.400	—	240.400
NTN-C	10.225	—	10.225	14.591	—	14.591
Letras Financeiras - privadas	—	1.541	1.541	29.407	29.407	58.814
CDB	—	—	—	2.264	2.264	4.528
Outros	—	5.122	5.122	20.587	20.587	41.174
Total	271.419	6.663	278.082	320.482	52.258	372.740
Aplicações financeiras em garantia	—	106.454	106.454	—	—	—
Aplicações financeiras livres	—	171.628	171.628	—	—	—

6.1.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

	Dezembro de 2018
	Nível 1
Carteira própria	
NTN-B	109.745
Total (i)	109.745
Aplicações financeiras em garantia	109.745
(i) O valor de curva (custo amortizado) dos papéis em dezembro de 2018 era de R\$ 106.244, gerando assim um ganho não realizado registrado de R\$ 3.501 em "Outros Resultados Abrangentes" no patrimônio líquido e na demonstração de resultado abrangente, bruto dos efeitos tributários.	

(*) Vide nota explicativa nº 22.

15. PROVISÕES JUDICIAIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, trabalhista e cível. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparadas pela opinião do departamento jurídico da Companhia e de seus consultores legais externos.

As movimentações das provisões estão apresentadas a seguir:

	Fiscais (a)	Trabalhistas (b)	Cíveis (c)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	190.281	354	1.431	192.066
Constituições	—	50	1.557	1.607
Enc. êxito/reversões	—	(276)	(851)	(1.127)
Pagamentos	—	(5)	(177)	(182)
Atualização monetária	6.138	857	197	7.192
Saldo em 31 de dezembro de 2018	196.419	980	2.157	199.556
Quantidade de processos	5	6	113	124

(a) **Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - composição por natureza**

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As obrigações legais estão classificadas como probabilidade de perda possível. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
COFINS (i)	153.423	148.567
PIS (ii)	21.767	21.128
Processos judiciais com adesão ao REFIS (iii)	19.817	19.817
Outras provisões	806	769
Total	196.419	190.281

(*) Vide nota explicativa nº 22.

16. DEPENDÊNCIAS DE TERCEIROS

Dependências de terceiros são aquelas decorrentes de operações com partes relacionadas que não são classificadas como operações com partes relacionadas.

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Saldo inicial	225.031	191.331
Constituições decorrentes de prêmios	1.578.454	1.276.198
Amortização pela vigência decorrida	(1.355.369)	(1.150.247)
Aviso de eventos/sinistros	1.176.909	1.017.609
Pagamento de eventos/sinistros	(1.386.389)	(1.110.431)
Outras (constituição/reversão)	889	571
Total	239.525	225.031
Circulante	235.838	221.756
Não circulante	3.687	3.275

17. TÍTULOS DE RENDIMENTO

Os títulos de rendimento são aqueles decorrentes de operações com partes relacionadas que não são classificadas como operações com partes relacionadas.

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Fornecedores	24.870	19.540
Dividendos	11.141	—
Transações com partes relacionadas (*)	7.854	6.466
Participação nos lucros a pagar	5.459	4.421
Encargos trabalhistas	3.852	3.391
	53.176	33.818
Circulante	50.354	31.942
Não circulante	2.822	1.876

(*) Vide nota explicativa nº 22.

18. DEPENDÊNCIAS DE TERCEIROS

Dependências de terceiros são aquelas decorrentes de operações com partes relacionadas que não são classificadas como operações com partes relacionadas.

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Saldo inicial	225.031	191.331
Constituições decorrentes de prêmios	1.578.454	1.276.198
Amortização pela vigência decorrida	(1.355.369)	(1.150.247)
Aviso de eventos/sinistros	1.176.909	1.017.609
Pagamento de eventos/sinistros	(1.386.389)	(1.110.431)
Outras (constituição/reversão)	889	571
Total	239.525	225.031
Circulante	235.838	221.756
Não circulante	3.687	3.275

19. TÍTULOS DE RENDIMENTO

Os títulos de rendimento são aqueles decorrentes de operações com partes relacionadas que não são classificadas como operações com partes relacionadas.

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Fornecedores	24.870	19.540
Dividendos	11.141	—
Transações com partes relacionadas (*)	7.854	6.466
Participação nos lucros a pagar	5.459	4.421
Encargos trabalhistas	3.852	3.391
	53.176	33.818
Circulante	50.354	31.942
Não circulante	2.822	1.876

(*) Vide nota explicativa nº 22.

19. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Despesas administrativas são aquelas decorrentes de operações com partes relacionadas que não são classificadas como operações com partes relacionadas.

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Despesas compartilhadas (*)	(51.874)	(57.934)
Pessoal	(49.648)	(41.520)
Serviços de terceiros	(16.274)	(16.817)
Localização e funcionamento	(7.863)	(6.253)
Publicidade	(6.42)	(514)
Outros	(6.913)	(5.739)
	(133.214)	(128.777)

(*) Referem-se, principalmente, a rateio de gastos com recursos de uso comum do grupo Porto Seguro.

20. RESULTADO FINANCEIRO

Os resultados financeiros são aqueles decorrentes de operações com partes relacionadas que não são classificadas como operações com partes relacionadas.

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Saldo inicial	225.031	191.331
Constituições decorrentes de prêmios	1.578.454	1.276.198
Amortização pela vigência decorrida	(1.355.369)	(1.150.247)
Aviso de eventos/sinistros	1.176.909	1.017.609
Pagamento de eventos/sinistros	(1.386.389)	(1.110.431)
Outras (constituição/reversão)	889	571
Total	239.525	225.031
Circulante	235.838	221.756
Não circulante	3.687	3.275

21. TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações comerciais da Companhia e suas ligadas são a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

- (i) Prestação de serviços de seguro-saúde para as empresas do grupo Porto Seguro;
- (ii) Despesas administrativas repassadas por sua controladora Porto Cia pela utilização da estrutura física e de pessoal;
- (iii) Prestação de serviços de assistência médica e utilização de rede hospitalar contratados da ligada Serviços Médicos; e
- (iv) Conta corrente de pagamentos de sinistros com a ligada Portomed.

Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017		
Ativo				
Portomed	3.516	2.966		
Serviços Médicos	2.311	1.318		
	5.827	4.284		
Passivo				
Porto Cia	7.524	6.135		
Portomed	331	331		
	7.855	6.466		
Demonstração de resultado				
Porto Cia	85.164	71.206	(81.402)	(82.320)
Porto Atendimento	14.949	7.638	(8.298)	(7.948)
Itaú Auto e Residência	6.336	6.429	—	—
Porto Consórcio	5.894	4.710	—	—
Serviços e Centros Médicos	1.328	16.048	(36.223)	(69.331)
Outras	9.617	8.092	(765)	(838)
	123.288	114.123	(126.688)	(160.437)

22. OUTRAS INFORMAÇÕES - COMITÊ DE AUDITORIA

O Relatório do Comitê de Auditoria foi publicado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 da Porto Seguro S.A. A atuação do Comitê de Auditoria da Companhia abrange todas as sociedades do grupo Porto Seguro, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., companhia aberta, detentora do controle

PORTO SEGURO - SEGURO SAÚDE S.A.

CNPJ/MF nº 04.540.010/0001-70

Sede: Rua Guaianases, 1.238 - Mezanino/parte - Campos Elíseos - CEP: 01204-002 - São Paulo - SP



PORTO SEGURO

continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Porto Seguro - Seguro Saúde S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Porto Seguro - Seguro Saúde S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Seguro - Seguro Saúde S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos

que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente

para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



São Paulo, 22 de fevereiro de 2019

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Sá da Matta
Contador - CRC 1SP216397/O-5

PORTO SEGURO SERVIÇOS E COMÉRCIO S.A.

CNPJ/MF nº 09.436.686/0001-32

Sede: Rua Guaianases, 1.238 - 12º andar - Campos Elíseos - CEP: 01204-002 - São Paulo - SP



PORTO SEGURO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas e demais interessados,

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018.

NOSSO DESEMPENHO

Prestação de Serviços

As receitas de prestação de serviços e de comércio totalizaram R\$ 23,9 milhões em 2018, com aumento de R\$ 3,1 milhões, ou 14,8%, em relação ao ano anterior.

Investimentos

No ano de 2018 a Companhia investiu um total de R\$ 47,4 milhões, montante totalmente destinado a investimento em controladas.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As iniciativas socioambientais da Companhia têm crescido de forma consistente, permitindo que

funcionários e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Seguindo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca atender seus públicos de interesse.

A descrição completa dos projetos socio culturais e ambientais do grupo Porto Seguro está apresentada nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A., divulgadas no site da Companhia (www.portoseguro.com.br/rri) e na edição de 27 de fevereiro de 2019 do jornal O Estado de São Paulo.

PERSPECTIVAS

O ano de 2018 foi marcado pela retomada da atividade doméstica, que teve uma leve frustração diante das expectativas iniciais, com o PIB de 2018 devendo mostrar uma expansão de cerca de 1,3%. Uma longa e ampla paralisação dos caminhoneiros e as incertezas relacionadas com o pleito presidencial também acabaram por comprometer a confiança de consumidores e investidores, comprometendo as decisões de consumo e investimento, respectivamente.

Diante da grande ociosidade dos fatores de produção, com destaque para a ainda elevada taxa de desemprego, o espaço para pressões inflacionárias derivadas da desvalorização cambial registrada no

ano mostrou-se bastante limitado, permitindo ao Copom reduzir a taxa SELIC para a mínima histórica (6,5%) e ainda assim encerrar o ano com o IPCA ao redor de 3,7%, abaixo, portanto, do centro da meta inflacionária (4,5%).

No cenário político, o ano terminou dominado pela expectativa de que a nova gestão federal promova o necessário avanço da agenda de reformas fiscais, com destaque para o do sistema previdenciário, ainda mais necessária em meio a um ambiente internacional cada vez mais desafiador.

Para 2019, espera-se a continuidade da estabilização da taxa SELIC e da inflação e deverá marcar a consolidação da retomada do crescimento econômico, aumentando as oportunidades para o setor e para a Companhia.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2019

A Administração

	Nota explicativa	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017		Nota explicativa	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Ativo circulante		4.515	13.871	Passivo circulante		3.232	2.249
Caixa e equivalentes de caixa.....		154	486	Obrigações a pagar.....	8	2.535	1.420
Realizável.....		4.361	13.385	Impostos e encargos sociais a recolher.....		242	476
Aplicações.....	3	255	180	Encargos trabalhistas.....		144	212
Contas a receber de clientes.....	4	3.614	7.374	Impostos e contribuições.....		311	141
Títulos e créditos a receber.....	5	95	2.029	Passivo não circulante		258	472
Impostos e contribuições a recuperar.....		205	2.640	Provisões judiciais.....		86	311
Despesas antecipadas.....		-	30	Tributos diferidos.....		145	145
Estoque.....		192	1.132	Obrigações a pagar.....		27	16
Ativo não circulante		75.422	148.821	Patrimônio líquido	9	76.447	159.971
Realizável a longo prazo.....		1.148	1.070	Capital social.....		498.745	429.951
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....		2	7	Ajuste de avaliação patrimonial.....		(351)	(83)
Outros valores e bens.....		177	127	Prejuízos acumulados.....		(421.947)	(269.897)
Contratos de mútuo.....		969	936				
Investimentos.....		66.327	141.200				
Imobilizado.....	6	211	285				
Intangível.....	7	7.736	6.266				
Total do ativo		79.937	162.692	Total do passivo e patrimônio líquido		79.937	162.692

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Nota explicativa	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Receitas líquidas de serviços prestados.....	10	23.931	20.845
Receitas líquidas de vendas de mercadorias.....		1.532	183
Custo das mercadorias vendidas.....		(988)	(179)
Lucro bruto		24.475	20.849
Outras despesas operacionais.....	12	(33.342)	(21.334)
Despesas administrativas.....	11	(20.738)	(21.530)
Despesas comerciais.....		(167)	(75)
Equivalência patrimonial.....	6	(122.344)	(64.016)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(152.116)	(86.106)
Receitas financeiras.....		118	554
Despesas financeiras.....		(45)	(65)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social..		(152.043)	(85.617)
Imposto de renda e contribuição social.....		(7)	1
Prejuízo do exercício		(152.050)	(85.616)
Quantidade de ações (mil).....		4.396	779.912
Prejuízo por ação - R\$.....		(34.59)	(0,11)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Capital social	Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total do patrimônio líquido	Demonstração do resultado abrangente
Saldos em 31 de dezembro de 2016	344.377	(184.281)	(91)	160.005	(56.397)
Aumento de capital.....	85.574	-	-	85.574	-
Varição cambial de investidas no exterior.....	-	-	82	82	82
Ganhos e perdas atuariais.....	-	-	(74)	(74)	(74)
Prejuízo do exercício.....	-	(85.616)	-	(85.616)	(85.616)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	429.951	(269.897)	(83)	159.971	(85.608)
Aumento de capital.....	68.794	-	-	68.794	-
Varição cambial de investidas no exterior.....	-	-	164	164	164
Ganhos e perdas atuariais.....	-	-	(432)	(432)	(432)
Prejuízo do exercício.....	-	(152.050)	-	(152.050)	(152.050)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	498.745	(421.947)	(351)	76.447	(152.318)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Seguro Serviços e Comércio S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 14 de fevereiro de 2008. Tem por objeto social a prestação de serviços relacionados, complementares ou correlatos à atividade de seguros e à participação como sócia ou acionista em outras sociedades. A Companhia é uma controlada direta da Porto Seguro S.A. a qual possui ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3.

1.1 OUTRAS INFORMAÇÕES

A Porto Seguro S.A. (por meio de suas controladas) firmou, em 1º de outubro de 2018, um compromisso de cooperação com a TIM Celular S.A. (TIM) para migração de clientes de voz e dados da Porto Seguro Conecta (controlada direta da Companhia), além de serviços de comunicação máquina a máquina (M2M). Esclareceu ainda que encerrará operacionalmente suas atividades nesse segmento. A operação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e como consequência desse plano, foi realizada em setembro de 2018, uma provisão para redução ao valor recuperável dos ativos remanescentes alocados nessa operação no montante total de R\$ 84.316. A receita com a alienação da carteira de clientes dependerá do volume de clientes migrados até o final da operação e algumas outras despesas para descontinuidade da operação são esperadas, porém não devem superar o total da receita com a venda, sendo estimado um resultado líquido imaterial.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados. Não houve no exercício de 2018 alterações nas políticas contábeis relevantes.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas.

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuidade dos negócios em curso normal, exceto para a operação da Porto Conecta (vide nota explicativa nº 1.1). Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente estas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, a Administração entende que estas Demonstrações Financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

2.2 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é também sua moeda funcional. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

(a) Transações e saldos em moeda estrangeira

O resultado e o balanço patrimonial da Porto Serviços Uruguai, controlada da Companhia e cuja moeda funcional é o peso uruguiaio, são convertidos para a moeda de apresentação da seguinte forma: (i) ativos e passivos - pela taxa de câmbio da data de encerramento do balanço ou pela taxa histórica, de acordo com a característica do item; (ii) receitas e despesas - pela taxa de câmbio média do exercício (exceto se a média não corresponder a uma aproximação razoável para este propósito); e (iii) todas as diferenças de conversão são registradas como um componente separado do patrimônio líquido.

2.3 ATIVOS FINANCEIROS

(a) Mensuração e classificação

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) **Mensurados pelo valor justo por meio do resultado - títulos para negociação**
São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

2.4 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

A Companhia possui investimentos em sociedades controladas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Considera-se controlada a sociedade na qual a Companhia, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de dirigi-la nas atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades.

2.5 RECONHECIMENTO DA RECEITA

As receitas de prestação de serviços e de comercialização de equipamentos compreendem o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços prestados pela Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos cancelamentos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Compreendem cotas de fundos de investimentos compostos por títulos públicos de renda fixa. As cotas de fundos de investimentos foram valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo nas datas dos balanços.

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Referem-se, principalmente, a notas fiscais a receber sobre prestação de serviços de assistência em residências e execução de serviços de socorro automotivo.

5. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

Referem-se, principalmente, a adiantamentos administrativos.

6. INVESTIMENTOS

	Participação (%)	Saldos em dezembro de 2017	Resultado de equivalência patrimonial	Ajuste de conversão/ outros	Aumento de capital	Saldos em dezembro de 2018
Porto Conecta (i).....	100,00	105.650	(109.369)	(36)	15.000	11.245
Porto Locadora (ii).....	99,99	26.230	(10.014)	(83)	30.000	46.133
Porto Serviços Uruguai (iii).....	100,00	3.818	1.073	164	-	5.055
Atendimento (iv).....	99,94	96	899	(306)	-	689
Health for Pet (v).....	64,00	139	(2.245)	340	2.395	629
Renova Peças.....						
Novas (vi).....	100,00	5.267	(2.688)	(3)	-	2.576
		141.200	(122.344)	76	47.395	66.327

(i) Tem por atividade a prestação de serviços de telecomunicações (vide nota explicativa nº 1.1); (ii) Tem por atividades o aluguel e a terceirização de veículos ou frota de veículos; (iii) Tem por atividade atuação na prestação de serviços relacionados, complementares ou correlatos à atividade de seguros no Uruguai; (iv) Tem por atividade a prestação de serviços de "telemarketing" e atendimento em geral; (v) Tem por atividades a administração e o oferecimento de planos de saúde para animais domésticos, além do oferecimento de serviços e acessórios veterinários em geral; (vi) tem por atividade a comercialização e distribuição de peças automotivas novas.

7. INTANGÍVEL

	Saldo em dezembro de 2017	Despesas de amortização	Amortização acumulada	Valor amortizado	Taxas anuais de amortização (%)
"Software".....	1.653	1.695	(61)	3.359	3,267
Ágio e outros intangíveis de combinação de negócios.....	4.613	-	(144)	4.995	(526)
	6.266	1.695	(225)	8.354	(618)

8. OBRIGAÇÕES A PAGAR

Refere-se, principalmente, a contas a pagar a fornecedores e de transações com partes relacionadas.

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social subscrito e integralizado era de R\$ 498.745 divididos em 4.395.851 ações ordinárias nominativas escrituras, sem valor nominal (R\$ 429.951 em 31 de dezembro de 2017 divididos em 2.823.929 ações). Em 2018, por meio das Assembleias Gerais de Acionistas, o capital foi aumentado em R\$ 68.794.

10. RECEITAS LÍQUIDAS DE SERVIÇOS PRESTADOS

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Receita de serviços.....		